

## Canal Energia – 19/02/2008

### **Acende Brasil: desequilíbrio entre oferta de energia firme e demanda ainda preocupa**

Estudo mostra risco de racionamento de 6% no ano que vem e de 8,5%, em 2010, em cenário de baixo crescimento da demanda e oferta entregue no prazo

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

O **Instituto Acende Brasil** demonstrou preocupação com o desequilíbrio entre a oferta de energia firme e a demanda no setor elétrico, que este ano é de 1,3 mil MW médios. A situação é causada pela restrição na oferta de gás que tirou um volume de 6 mil MW médios, incluindo restrições no fornecimento de Argentina, Bolívia e mercado interno, segundo avaliação da 4ª edição do Projeto Energia Transparente, apresentado nesta terça-feira, 19 de fevereiro. Por causa do déficit, o estudo aponta uma probabilidade de risco de racionamento de 6% para 2009 e de 8,5%, em 2010, no cenário de referência com uma demanda com crescimento de 4,7% e entrada dos projetos previstos.

A perspectiva melhorou em comparação à última edição apresentada em outubro do ano passado. A previsão de déficit passou de 2 mil MW médios para os atuais 1,3 mil MW médios em consequência da menor perspectiva de crescimento da demanda, antecipação da oferta e inclusão da térmica Camaçari. Contudo, o estudo mostra que se a demanda crescer 5,1%, mesmo com a entrada dos projetos de geração dentro do cronograma, o déficit entre energia firme e demanda ficará em 1,8 mil MW médios este ano. Com isso, a perspectiva de um racionamento cresce para 7,5% e 9,5%, respectivamente, em 2009 e 2010.

Segundo **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, o déficit estrutural não significa possibilidade de faltar de energia. "Isso significa que, no caso de equilíbrio, mesmo com uma seca severa haveria condição de abastecer o mercado", explica o executivo, acrescentando que esse tipo de restrição faz o país muito mais dependente do regime de chuvas. Porém, **Sales** aponta não as chuvas, mas a falta de gás como o principal responsável pelo "susto de janeiro", quando o risco de racionamento chegou a 22% no dia 23 daquele mês. O estudo mostra que os reservatórios estavam no ano passado em um nível mais alto do que em 2003, 44%, contra 35%.

A crise vivida no começo do ano foi causada, frisa **Sales**, pela falta de gás para as térmicas. As medidas tomadas pelo governo, principalmente o acionamento das térmicas, além das chuvas iniciadas no fim de janeiro, que encheram os reservatórios, zerando a possibilidade de racionamento para este ano. "A solução do problema deste ano não significa a melhora do déficit entre energia firme e demanda", pondera **Sales**. No cenário referencial, a perspectiva é de um déficit de 1 mil MW médios no próximo ano. "No caso de um atraso de 20% na oferta projetada, o déficit fica em 1,9 mil MW médios em 2009", completa.

Por isso, o **Acende Brasil** recomenda que o governo monitore de perto os cronogramas dos empreendimentos de geração previstos, do gás natural liquefeito e do gás do Espírito Santo. Além disso, pede o desenvolvimento de alternativas para a construção de novas usinas. O leilão de reserva previsto para o dia 30 de abril é uma dessas opções. A expectativa da entidade é que haja uma contratação de 1,5 mil MW médios para 2009 (600 MW med) e 2010 (900 MW med). Se essa estimativa estiver certa, terá um efeito imediato sobre o risco de racionamento no país.

No pior cenário desenhado pelo estudo desenvolvido pela PSR Consultoria, no qual o crescimento da demanda é de 5,1% e há atraso em 20% dos projetos, a previsão de risco de racionamento cai de 10% e 12,5%, em 2009 e 2010, para 9% e 8,5%, respectivamente, com a entrada dos empreendimentos de cogeração da biomassa.

O **Acende Brasil** também pediu que o governo dê mais transparência em relação ao custo dos despachos de térmicas determinados pelo Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico. "Isso tem um custo para o sistema que vai recair sobre os agentes produtores e consumidores", avalia **Sales**, referindo-se a possibilidade de as térmicas continuarem a operar por um período mais longo.

O **Acende Brasil** também reiterou o pleito pelo estabelecimento de um plano para decretação de racionamento no país. "Essas regras dão a sinalização indispensável para que os agentes saibam como serão afetados. Com isso, eles podem tomar as providências para evitar as consequências. A hora de se estabelecer um plano é tanto melhor quanto mais distante de decretar racionamento", afirma **Sales**.